

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.971 - RS (2019/0302598-2)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : LEANDRO COSTA FERREIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Leandro Costa Ferreira** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 70082554825.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente e denunciado pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico (Processo n. 165/2.19.0000223-0, Vara Judicial de Eldorado do Sul/RS) – fls. 19/25.

A prisão preventiva foi decretada aos seguintes fundamentos (fls. 36/37)

[...]

II. Da representação pela prisão preventiva dos acusados

A autoridade da Delegacia de Polícia de Eldorado do Sul formulou representação pela decretação da prisão preventiva de Daniela Franham Ferreira, Jardel Franham Ferreira, Leandro Costa Ferreira, Leila Darif, Maycon Darif dos Santos e Wellington Darif Carvalho, em função da suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes, medida extrema voltada à garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.

O Ministério Público opinou favoravelmente ao acolhido dos pleitos.

É o breve relato.

Decido.

Inicialmente, cumpre lembrar que a prisão preventiva somente será decretada quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e sempre que indispensável à garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Os pleitos da autoridade policial têm como principal fundamento os supostos crimes de tráfico de entorpecentes e de associação para o tráfico de drogas que são objeto da denúncia já oferecida pelo Ministério Público, com base no Inquérito Policial n. 1067/2018/100455/A.

O *fumus comissi delicti*, ou seja, a justa causa, atinente aos dito crime de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, encontra-se presente nos autos, havendo claros indícios de autoria recaindo sobre os denunciados.

Com efeito, os depoimentos prestados na fase inquisitorial são indicativos da traficância nos locais indicados na denúncia, praticados por Daniela e Wellington. consoante as informações anônimas (fls. 15/16): "[...] que durante o dia dificilmente tem drogas nestas casas e durante a noite o movimento maior é

# Superior Tribunal de Justiça

maior é na casa da Dani enquanto na casa do "Leto" só entraria quem fosse compra alguma quantia maior, onde disse já ter visto pinos de cocaína, além do *crack*."

Outrossim, no que toca aos acusados Maycon e Leila, conforme Comunicação de Ocorrência Policial nº 04083881, feita por Yuri Nunes (fl. 21/22): "é usuário de *crack*. Que há mais de dois anos compra a droga na casa de Maycon Darif dos Santos, alcunha Cora. Que Maycon vende a droga juntamente com a sua mãe, de nome Leila Darif."

Ainda, da mesma maneira quanto aos acusados Jardel e Leandro, de alcunha "Beijo", de acordo com a ocorrência policial 1356/2019/100450, comunicado por Anderson Ferreira Martins (fl. 87): "[...] que é usuário somente de *crack* e compra somente na boca do beijo e Jardel, que fica na Prudente de Moraes, entram na casa e lhe entregam".

No que diz respeito ao *periculum libertatis*, ao que parece, o agir ilícito dos acusados não cessará se não lhes for aplicada a medida extrema. Ademais, o depoimento do comunicante Yuri Nunes acima referido da conta de que Maycon Darif foi até sua residência, agrediu-lhe e o proibiu de comprar drogas de Leila, sua mãe. É dito, também, que Maycon possui um revólver calibre .38 (fl. 21/22). Ainda, informado por Yuri Nunes na ocorrência policial n. 3990/2018/100455 que o acusado Jardel havia lhe perseguido-lhe em via pública (fl. 59). Há, inclusive, relatos de que o investigado Wellington está sempre armado, sendo visto com um revólver e uma pistola (fls. 15/16).

Nesse contexto, é imperiosa a prisão cautelar para resguardo da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, não bastando para tanto a adoção das medidas alternativas à segregação tipificadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 282, § 6º, 312, *caput*, e 313, inc. I, todos do Código de Processo Penal, defiro a representação da autoridade policial, a fim de decretar a prisão preventiva dos representados DANIELA FRANHAM FERREIRA, JARDEL FRANHAM FERREIRA. LEANDRO COSTA FERREIRA. LEILA DARIF, MAYCON DARIF DOS SANTOS e WELLINGTON DARIF CARVALHO, para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

[...]

Inconformada, a defesa da recorrente impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça local, sendo a ordem denegada, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 90):

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.**

Paciente preso, sendo convertida sua prisão em preventiva. Decisões proferidas na origem devidamente fundamentadas. Comprovada a materialidade dos fatos e presentes indícios suficientes de autoria, cabível a prisão preventiva do paciente, nos termos do art. 312 do CPP. Segundo o expediente, os agentes públicos foram averiguar denúncia anônima de que em determinado local ocorria o tráfico de drogas. No dia do cumprimento de mandado de busca e apreensão, foram localizados, com o paciente e com outros acusados, aproximadamente, 5g de maconha, divididos em 24 porções, e, aproximadamente, 7g de cocaína, dividida em 61 porções, com mais 1g, dividido em 3 porções, na forma de *crack*, evidenciando seu suposto envolvimento com a traficância, sem olvidar a existência de indícios de uma associação criminosa atuante no local. Predicados pessoais favoráveis, por si só, não justificam a concessão da liberdade provisória. Inviável o exame aprofundado das provas em sede de *habeas corpus*. Elementos

# *Superior Tribunal de Justiça*

contidos no expediente autorizam a manutenção da segregação.

Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a princípio, insuficientes e inadequadas ao caso em concreto. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB.

ORDEM DENEGADA.

Ainda irresignada, a defesa interpôs recurso ordinário, no qual reiterou a tese de inidoneidade da fundamentação exarada na decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente.

Pugnou, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, pela substituição da prisão por cautelares diversas.

É o relatório.

A concessão de liminar é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, ficou devidamente demonstrada a necessidade da prisão, ante a **apreensão de arma de fogo** no contexto de tráfico de drogas.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indeferiu-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Judicial da comarca de Eldorado do Sul/RS, inclusive sobre o andamento da ação penal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator